

**HABEAS CORPUS Nº 469.674 - MS (2018/0242483-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : MARCOS ELI NUNES MARTINS  
**ADVOGADO** : MARCOS ELI NUNES MARTINS - MS014090  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : ODEIR RAMOS (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. PEQUENA QUANTIDADE DE PROJÉTEIS (QUATRO) DESACOMPANHADA DE ARMA DE FOGO. ATIPICIDADE MATERIAL. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de ODEIR RAMOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido na Revisão Criminal n.º 1406833-15.2018.8.12.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 01 (um) ano de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito capitulado no art. 12 da Lei n.º 12.826/2003. Contra a sentença a Defesa não interpôs apelação criminal.

Irresignada, a Defesa ajuizou revisão criminal, objetivando o reconhecimento da atipicidade da conduta, mas o Tribunal de origem julgou improcedente o pedido revisional em acórdão assim ementado (fl. 62):

*"REVISÃO CRIMINAL – POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO FEITO – REJEITADA EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO – ATIPICIDADE DA CONDUTA – INOCORRÊNCIA – MUNIÇÃO QUE PODE SER DEFLAGRADA INDEPENDENTEMENTE DE ARMA – PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IMPOSSIBILIDADE – CRIME DE MERA CONDUTA E DE PERIGO ABSTRATO – COM O PARECER – NEGO PROVIMENTO À REVISÃO.*

*Rejeita-se a preliminar lançada em homenagens ao duplo grau de jurisdição ao qual o requerente não foi submetido.*

*Não se aplica o princípio da insignificância a crime de mera conduta e perigo abstrato cujo bem juridicamente tutelado é a paz social e incolumidade pública."*

Nas razões deste *writ*, sustenta o Impetrante que o acórdão impugnado "*está em dissonância com a jurisprudência desta Corte e do STF, com vista a se absolver o paciente do crime de posse de munição, ante a atipicidade material da conduta nos termos do artigo 386, inciso III do CPP*" (fls. 04-05).

Pede, desse modo, "*a concessão ao paciente da ordem de habeas corpus ora pleiteada com vistas a cassar a condenação pelo delito de posse de munição sem autorização legal proferida nos autos da ação penal nº 0007419-07.2013.8.12.0002 que tramitou perante a 2ª vara criminal da comarca de Dourados\MS, comunicando-se o juízo da execução penal nos autos da guia de recolhimento 0003369-98.2014.8.12.0002 que tramita na 3ª Vara Criminal de Dourados\MS onde o paciente cumpre pena pela referida condenação*" (fl. 07).

As informações foram prestadas às fls. 71-81.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 83-85, opinando pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

O acórdão impugnado encontra-se fundamentado, na parte que interessa, nos seguintes termos (fl. 64):

*"A conduta de possuir munições constitui fato típico, pois é de conhecimento comum que há a possibilidade de deflagração de munição independentemente da presença de uma arma, representando iminente perigo à incolumidade pública, bem como, o crime em tela é de mera conduta e perigo abstrato, razão pela qual não prospera a tese de atipicidade da conduta, precedentes desta 2ª Câmara Criminal nos autos nº 0045183-25.2016."*

A referida orientação está em desconformidade com a atual jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual, embora o crime de porte de armamentos e munições se trate de delito de mera conduta e de perigo abstrato, nos casos de apreensão de pequena quantidade de munição desacompanhada do armamento capaz de deflagrá-la, é devido o reconhecimento da atipicidade material da conduta, tendo em vista a ausência de lesão ou probabilidade de dano ao bem jurídico tutelado pela norma penal.

Nesse sentido:

**"PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 16 DA LEI 10.826/03. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME DE MERA CONDUTA E DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.**

**APLICABILIDADE EXCEPCIONAL. PEQUENA QUANTIDADE DE MUNIÇÃO. MÍNIMA OFENSIVIDADE DA CONDUTA. ATIPICIDADE MATERIAL. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A jurisprudência desta Corte é remansosa no sentido de que o delito previsto no art. 16 da Lei nº 10.826/2003 tem como bem jurídico tutelado a incolumidade pública, sendo de mera conduta e de perigo abstrato, bastando a posse/porte de arma ou munição, sem autorização devida, para tipificar a conduta. Dessa forma, também se mostra irrelevante especular sobre a aplicação do princípio da insignificância.

2. Recentemente, no entanto, a Sexta Turma desta Corte, seguindo a linha jurisprudencial traçada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RHC 143.449/MS, vem reconhecendo, excepcionalmente, a atipicidade material da posse/porte de pequenas quantidades de munições, desacompanhadas de arma de fogo, quando inexistente a potencialidade lesiva ao bem jurídico tutelado. Ressalva do entendimento pessoal desta Relatora.

3. Na espécie, foram encontradas no porta luvas do carro de propriedade do paciente apenas 04 (quatro) munições, sendo 03 (três) de calibre .40 e 01 (uma) de calibre 9mm, desacompanhadas de artefato belicoso a indicar o possível emprego imediato dos cartuchos. Deve-se, portanto, reconhecer a atipicidade material, em razão da mínima ofensividade da conduta do agente.

4. Ordem concedida para absolver o paciente da prática do delito tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, com fundamento no art. 386, III, do Código de Processo Penal." (HC 442.036/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe de 19/06/2018; sem grifos no original.)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEQUENA QUANTIDADE DE MUNIÇÃO DESACOMPANHADA DE ARMA DE FOGO. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.**

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que 'o crime de posse ou porte irregular de munição de uso permitido, independentemente da quantidade, e ainda que desacompanhada da respectiva arma de fogo, é delito de perigo abstrato, sendo punido antes mesmo que represente qualquer lesão ou perigo concreto de lesão, não havendo que se falar em atipicidade material da conduta'. (AgRg no RHC 86.862/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018).

2. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, em recente julgado, analisando as circunstâncias do caso concreto, reconheceu ser possível aplicar a bagatela na hipótese de apreensão de apenas uma munição de uso permitido desacompanhada de arma de fogo, tendo concluído pela total inexistência de perigo à incolumidade pública (RHC 143.449/MS, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, SEGUNDA Turma, DJe 09/10/2017).

**3. Hipótese em que, embora formalmente típica, a conduta de possuir apenas cinco munições, destituídas de potencialidade lesiva, já que desacompanhadas de armamento capaz de deflagrá-las, não enseja perigo de lesão ou probabilidade de dano aos bens jurídicos tutelados, permitindo-se o reconhecimento da atipicidade material da conduta.**

**4. Agravo regimental desprovido."** (AgRg no AgRg no REsp 1.674.807/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe de 05/12/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para absolver o Paciente da prática do delito tipificado no art. 12 da Lei n.º 10.826/2003, com fundamento no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo das Execuções Criminais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora